



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682605 - MG (2021/0233849-9)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUCIANA FERNANDES NASCIMENTO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LUCIANA FERNANDES NASCIMENTO - MG114376  
JULIANE MENEZES MACHADO - MG105851  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : RODRIGO WATILA DUTRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO WATILA DUTRA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.109551-8/000).

O paciente foi preso, no dia 1º/12/2020, em virtude de mandado de prisão preventiva, acusado de ter praticado o delito previsto no art. 35 da Lei de Drogas.

Os impetrantes sustentam que o réu está recolhido ao cárcere há mais de 234 dias, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada, o que revelaria a ilegalidade da custódia por excesso de prazo na formação da culpa.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão do paciente ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por providências cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sobretudo considerando que "*após minuciosa investigação policial realizada pela inteligência da Polícia Militar, verificou-se que o paciente, juntamente com outros 14 investigados, integraria uma extensa rede de comercialização de drogas, cada um deles exercendo uma função específica no grupo*" (fl. 61).

Ademais, segundo consignou o Tribunal de origem (fls. 56-57):

*Conforme se depreende das informações prestadas pela autoridade apontada coatora (sequencial 10), o paciente foi preso, na data de 01.12.2020, em virtude de decreto de prisão preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 35, caput, da Lei 11.343/06. A respeito dos prazos previstos para a realização dos atos processuais em matéria penal, devem os mesmos ser contados globalmente. Assim, a demora em uma das fases do processo poderá ser compensada em outra. E como sabido, o prazo para encerramento da instrução, nos delitos de tráfico, é de 180 dias, não tendo, portanto, transcorrido o lapso temporal que caracterizaria o constrangimento ilegal e, por conseguinte, ensejaria o relaxamento da prisão do paciente.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência